

Palácio dos Bandeirantes

Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-900 - Fone: 3745-3344

Nº 5 – DOE – 08/01/19 - seção 1 – p.1

LEI Nº 16.923, DE 07 DE JANEIRO DE 2019

Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2019

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

### SEÇÃO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Esta lei orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2019, compreendendo, nos termos do artigo

174, § 4º, da Constituição Estadual:

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público;

III - o Orçamento de Investimentos das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

### SEÇÃO II

#### DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Artigo 2º - A receita total orçada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 231.161.781.032,00 (duzentos e trinta e um bilhões, cento e sessenta e um milhões, setecentos e oitenta e um mil e trinta e dois reais).

Parágrafo único - Estão incluídos no total referido no "caput" deste artigo os recursos próprios das autarquias, fundações e empresas dependentes, conforme discriminação em quadro específico que integra esta lei.

Artigo 3º - A receita será arrecadada nos termos da legislação vigente e das especificações constantes dos quadros integrantes desta lei, observado o seguinte desdobramento:

RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM.

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
<b>1 - RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	<b>213.691.468.024</b>
<b>1.1 - RECEITAS CORRENTES</b>	<b>200.915.020.604</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	183.675.363.612
CONTRIBUIÇÕES	43.300.020
RECEITA PATRIMONIAL	5.121.569.792
RECEITA AGROPECUÁRIA	13.856.368
RECEITA INDUSTRIAL	5.318.118
RECEITA DE SERVIÇOS	757.979.922
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.429.124.594
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	868.508.178
<b>1.2 - RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>12.776.447.420</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.831.907.470
ALIENAÇÃO DE BENS	6.172.000.360
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	1.638.930
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	743.496.161
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	27.404.499
<b>2 - RECEITAS DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>47.139.331.972</b>
<b>2.1 - RECEITAS CORRENTES</b>	<b>44.576.294.010</b>
<b>2.2 - RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.563.037.962</b>
<b>3 - RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>-29.669.018.964</b>
<b>3.1 - RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES</b>	<b>-28.837.310.871</b>
<b>3.2 - RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL</b>	<b>-831.708.093</b>
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>231.161.781.032</b>

Parágrafo único - Durante o exercício financeiro de 2019 a receita poderá ser alterada de acordo com a necessidade de adequá-la à sua efetiva arrecadação.

Artigo 4º - A despesa total fixada nos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social, no mesmo valor da receita total, é de R\$ 231.161.781.032,00 (duzentos e trinta e um bilhões, cento e sessenta e um milhões, setecentos e oitenta e um mil e trinta e dois reais), sendo:

I - no Orçamento Fiscal: R\$ 195.955.108.912,00 (cento e noventa e cinco bilhões, novecentos e cinquenta e cinco milhões, cento e oito mil e novecentos e doze reais);

II - no Orçamento da Seguridade Social: R\$ 35.206.672.120,00 (trinta e cinco bilhões, duzentos e seis milhões, seiscentos e setenta e dois mil e cento e vinte reais).

Artigo 5º - A despesa total fixada, observada a programação constante dos quadros que integram esta lei, apresenta a seguinte distribuição entre os órgãos orçamentários:

DESPESA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO

Valores em R\$ 1,00

ÓRGÃO	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
<b>FISCAL</b>	<b>127.356.331.341</b>	<b>68.598.777.571</b>	<b>195.955.108.912</b>
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	1.310.022.704	6.316.891	1.316.339.595
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	949.765.703	7.476.935	957.242.638
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	9.047.616.469	2.787.909.850	11.835.526.319
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR	71.047.421	738.160	71.785.581
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	29.622.650.512	2.821.744.187	32.444.394.699
SEC.DESENV.ECON.CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	14.284.124.893	2.410.335.439	16.694.460.332
SECRETARIA DA CULTURA	773.019.771	43.108.826	816.128.597
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	604.420.052	180.272.083	784.692.135
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	1.703.879.537	5.269.171.776	6.973.051.313
SEC. DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA	180.932.411	335.002.964	515.935.375
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	21.801.899.501	389.243.421	22.191.142.922
SECRETARIA DA FAZENDA	3.081.758.445	76.232.901	3.157.991.346
ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO	25.728.484.106	45.958.757.590	71.687.241.696
SEC. DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO	165.287.502	125	165.287.627
SECRETARIA DA HABITAÇÃO	1.593.694.891	85.793.239	1.679.488.130
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	539.393.567	468.876.361	1.008.269.928
MINISTÉRIO PÚBLICO	2.337.503.351	163.469.123	2.500.972.474
CASA CIVIL	300.056.363	5.011.865	305.068.228
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	1.584.302.691	499.625.459	2.083.928.150
SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	3.327.374.084	5.353.261.419	8.680.635.503
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	4.061.393.640	419.576.933	4.480.970.573
SECRET. DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS	976.629.474	695.365.528	1.671.995.002
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	1.193.125.859	128.261.788	1.321.387.647
SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	113.387.418	66.291.446	179.678.864
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	141.978.532	733.066.809	875.045.341
SEC. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	47.338.681	115	47.338.796
SECRETARIA DE ENERGIA E MINERAÇÃO	40.873.134	102.474.228	143.347.362
SECRETARIA DE TURISMO	516.962.533	467.894	517.430.427
SECRETARIA DE GOVERNO	1.207.408.096	19.174.754	1.226.582.850
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000.000	0	50.000.000
<b>SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>19.682.400.698</b>	<b>15.524.271.422</b>	<b>35.206.672.120</b>
SECRETARIA DA SAÚDE	18.114.468.102	5.277.027.175	23.391.495.277
SEC. DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA	1.510.738.192	269.835.856	1.780.574.048
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	2.479.499	242.350.850	244.830.349
SECRETARIA DA FAZENDA	39.493.403	35.824.376.257	35.863.869.660
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	404.444.138	1.063.584.740	1.468.028.878
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	778.275.748	118.562.712	896.838.460
(TRANSFERÊNCIA INTRAGOVERNAMENTAL)	-1.167.498.384	-27.699.716.706	-28.867.215.090
<b>TOTAL</b>	<b>147.038.732.039</b>	<b>84.123.048.993</b>	<b>231.161.781.032</b>

§ 1º - Integram o Orçamento Fiscal as dotações orçamentárias, à conta do Tesouro do Estado, destinadas a transferências às empresas a título de subscrição de ações.

§ 2º - Integram o Orçamento Fiscal ou o Orçamento da Seguridade Social, conforme o vínculo institucional de cada uma das entidades, as dotações orçamentárias à conta do Tesouro do Estado, das receitas próprias e das receitas vinculadas, destinadas às fundações, autarquias e empresas dependentes.

Artigo 6º - Os recursos orçamentários destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde desenvolvidos pelo Estado, alocados na unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde – FUNDES, da Secretaria da Saúde, na forma prevista na lei que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019, serão executados:

I - pelas unidades da administração direta da Secretaria da Saúde, conforme programação demonstrada no Anexo I desta lei, devendo a unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde – FUNDES, na qualidade de unidade orçamentária gestora, providenciara transferência das correspondentes dotações, obedecida a distribuição por fonte e por grupo de despesa;

II - pelas unidades orçamentárias da administração direta e indireta, não vinculadas institucionalmente à Secretaria da Saúde e que realizem ações de saúde, devendo a unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde – FUNDES providenciar as transferências das correspondentes dotações por meio da modalidade de aplicação intraorçamentária, obedecida a distribuição por fonte e por grupo de despesa.

### SEÇÃO III

#### DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

Artigo 7º - As fontes de recursos para financiamento das despesas do Orçamento de Investimentos das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, somam R\$ 8.036.433.054,00 (oito bilhões, trinta e seis milhões, quatrocentos e trinta e três mil e cinquenta e quatro reais), conforme especificação a seguir:

#### ORIGENS DO FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

Valores em R\$ 1,00

ORIGEM DO FINANCIAMENTO	VALOR
SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	3.484.367.270
PRÓPRIOS	2.622.403.005
OUTRAS FONTES	348.238.186
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.581.424.593
<b>TOTAL</b>	<b>8.036.433.054</b>

Artigo 8º - A despesa do Orçamento de Investimentos, não computadas as entidades cuja programação consta integralmente do Orçamento Fiscal, é fixada em R\$ 8.036.433.054,00 (oito bilhões, trinta e seis milhões, quatrocentos e trinta e três mil e cinquenta e quatro reais), com a seguinte distribuição por Órgão Orçamentário:

#### DESPESA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS POR ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO

Valores em R\$ 1,00

ÓRGÃO	VALOR
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	155.200.000
SECRETARIA DA FAZENDA	30
SECRETARIA DA HABITAÇÃO	1.450.734.069
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	516.234.654
SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	2.432.067.170
SECRET. DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS	3.373.648.553
SECRETARIA DE ENERGIA E MINERAÇÃO	45.146.020
SECRETARIA DE GOVERNO	63.402.558
<b>TOTAL</b>	<b>8.036.433.054</b>

### SEÇÃO IV

#### DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

Artigo 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de 17% (dezessete por cento) da despesa total fixada no artigo 4º desta lei, observado o disposto no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos adicionais até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência;

III - abrir créditos suplementares mediante a utilização de recursos na forma prevista no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 15% (quinze por cento) do total da despesa fixada no artigo 4º desta lei.

Parágrafo único - Não onerarão o limite previsto no inciso I deste artigo os créditos destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias relativas a inativos e pensionistas, honras de aval, débitos constantes de precatórios judiciais, serviços da dívida pública, despesas de exercícios anteriores e despesas à conta de recursos vinculados, até o limite de 9% (nove por cento) do total da despesa fixada no artigo 4º desta lei.

## SEÇÃO V

### DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Artigo 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 5% (cinco por cento) da receita total estimada para o exercício de 2019, observadas as condições estabelecidas no artigo 38 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

## SEÇÃO VI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 11 - A nomenclatura do cargo “Secretário Adjunto” fica alterada para “Secretário Executivo”.

Artigo 12 - Com fundamento no artigo 20 da Lei nº 16.082, de 28 de dezembro de 2015, que institui o Plano Plurianual – PPA do quadriênio 2016/2019, ficam alterados os atributos dos programas do PPA e da LDO, nos termos estabelecidos nesta lei.

Artigo 13 - Esta lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

Palácio dos Bandeirantes, 07 de janeiro de 2019.

JOÃO DORIA

*Nivaldo Cesar Restivo*

Secretário da Administração Penitenciária

*Gustavo Diniz Junqueira*

Secretário de Agricultura e Abastecimento

*Sergio Henrique Sá Leitão Filho*

Secretário da Cultura e Economia Criativa

*Patrícia Ellen da Silva*

Secretário de Desenvolvimento Econômico

*Marco Antônio Scarasati Vinholi*

Secretário de Desenvolvimento Regional

*Celia Kochen Parnes*

Secretário de Desenvolvimento Social

*Célia Carmargo Leão Edelmuth*

Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência

*Rossieli Soares da Silva*

Secretário da Educação

*Aildo Rodrigues Ferreira*

Secretário de Esportes

*Henrique de Campos Meirelles*

Secretário da Fazenda e Planejamento

*Rodrigo Garcia*

Secretário de Governo

*Flavio Augusto Ayres Amary*

Secretário da Habitação

*Paulo Dimas Debellis Mascaretti*

Secretário da Justiça e Cidadania

*João Octaviano Machado Neto*

Secretário de Logística e Transportes

*Marcos Rodrigues Penido*

Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente

*José Henrique Germann Ferreira*

Secretário da Saúde

*João Camilo Pires de Campos*

Secretário da Segurança Pública

*Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga*

Secretário de Transportes Metropolitanos

*Vinicius Rene Lummertz Silva*

Secretário de Turismo

*Maria Lia Pinto Porto Corona*

Procuradora Geral do Estado

*Antonio Carlos Rizeque Malufe*

Respondendo pelo expediente da Casa Civil

Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 07 de janeiro de 2019.

(Os anexos constantes desta Lei estão publicados no suplemento nesta data)